A SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL
O NACIONALISMO E O PATRIOTISMO

José Manuel da Silva Pinto

A SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL
O NACIONALISMO E O PATRIOTISMO

«O país sem dúvida se fez um ermo exaurido do alcance da palavra pátria».

(Agustina Bessa - Luís *Aforismos*)

I — *NACIONALISMO E PATRIOTISMO*

Conceitos de Nacionalismo

Edgar Morin considera que na formação das nações há uma filogénese e múltiplas ontogéneses que vão progressiva e gradualmente moldando e caracterizando o povo enquanto grupo comungante de sentimentos, valores e anseios comuns.

O mesmo autor admite cinco vagas de formação de novas nações, parecendo assim estabelecer uma relação universal ou pelo menos trans-nacional de causalidade, que propiciará a emergência de novas nações. Parece-nos contudo que o progresso formativo, enquanto ontogénese, não pode desinserir-se da filogénese, que Morin aliás considera, sendo porém um processo lento de sedimentação e não propriamente a resultante de um momento ou circunstância.

De acordo com Manuel Braga da Cruz, só com o liberalismo é que o conceito de nação se individualizou e ganhou significado próprio; contudo, no caso português, havia já séculos de unidade, de busca e aperfeiçoamento de identidade, de apego ao solo. Havia, como diz a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, a ascendência comum dos Lusitanos, a glorificação das guerras e heróis militares da Pátria, a missão cultural do país em relação a todos os outros.

É a estruturação social, cujo conceito, segundo Gurvitch «(...) tem por missão pôr em relevo o facto de que o conjunto social, por mais complexo que seja, precede virtual ou actualmente todas as hierarquias ou

escalas (...) as dos modelos, indicativos, sinais, símbolos, ideias e valores, as dos tempos e determinismos» (1) e precede também a nação. Precede, gera e integra.

É um processo simultaneamente evolutivo e transformativo em que a estrutura se elabora, se torna progressivamente mais complexa e identificada consigo própria.

Trata-se portanto de dar forma individualizada a um povo, ao que o caracterizará por identificação interna e por exclusão externa. Há uma aglutinação do povo de uma nação em torno dos seus mitos e das suas realidades, o que cria uma contraposição relativamente a todos os outros que não pertencem, nem partilham dos mesmos valores. Esses são excluídos.

São como que algo que se opõe. É o que levou Nehru a afirmar que o sentimento nacionalista é um «sentimento anti».

O que nos caracteriza, individualiza e enforma os nossos sentimentos comuns, é estranho aos outros que se lhe opõem portanto, por se caracterizarem por outros interesses e valores.

Mas como qualificar a caracterização de um povo? A este respeito o Professor Machado Pires aponta dois critérios: «Um atende à essencialidade, à peculiaridade, à 'alma', ao 'génio'. O outro atende sobretudo à acção histórica desse Povo, ao que ele fez concretamente no mundo em que foi dado viver. O primeiro critério é um critério de entidade; o segundo de operação ou acção histórica» (2).

Há portanto duas vertentes fundamentais, para já. A da identidade que se traduz pela identificação de um povo como nação e a da vida desse povo como nação, ao longo da sua história.

Estes não são porém os dois únicos factores ou valores definidores de uma nação. Outros existem e é do conjunto de todos eles e da sua interacção que emerge a nação, que ela se individualiza.

Assim, «as diferenças de língua e cultura tal como as variações de religião, raça e costumes resultam na formação de grupos sociais que, independentemente de fronteiras políticas, constituem unidades nacionais fundamentais. Nacionalidade significa então aderência a um povo e não a um estado» (3).

---

(1) Georges Gurvitch, «Tratado de Sociologia», p. 291.

(2) António M. B. Machado Pires, «A Ideia da Decadência na Geração de 70», p. 263. O sublinhado é meu e marca o itálico no original.

(3) «Encyclopedia of Social Sciences», vol. XII, p. 232.

Esta realidade é incontestável e exprime-se ainda hoje por alguns dos conflitos mais vivos que o mundo sofre.

Também Morin aborda estes factores que considera necessários, mas não suficientes, quando diz que «a religião, a língua, a pertença étnica podem constituir factores capitais da cristalização nacional, mas não são absolutamente decisivos» (4). Concordamos com o autor que reforça com esta afirmação a nossa própria precedente de que é um conjunto de factores e a sua interacção que determinará a formação de uma nação. Não basta um ou alguns deles, mas terão de ser todos.

Jorge Dias, debruçando-se sobre os valores culturais dos portugueses e dissertando sobre o carácter identificador da arte, aponta «Os quatro pilares do génio criador português: 'Os Lusíadas', os Jerónimos, o Tríptico de Nuno Gonçalves e os Tentos de Manuel Coelho» (5), abrangendo assim a poesia, a arquitectura, a pintura e a música numa mesma força criadora e formadora de identificação de um povo. Estes são no seu entender os apoios culturais do povo português, os marcos artísticos supremos da nação.

Morin alude ainda ao valor da família e à problemática da actual crise que atravessa: «(...) crise do casal, crise do amor e do erotismo, crise da relação pais-filhos» (6), como sendo, na sua dinâmica, uma célula importante na consolidação da nação.

Por outro lado, Jean Mialet considera as Forças Armadas um elemento aglutinador e identificador e refere mesmo que «(...) como dizia M. Debré, o desfile das Forças Armadas francesas em 14 de Julho é o espectáculo de televisão mais seguido do ano» (7), enquanto Maury Feld em «The Structure of Violence — Armed Forces and Social System», diz a páginas 126-127 que «(...) a maior ameaça às forças armadas não é algum poder hostil mas os valores materiais e arrasadores da sua própria sociedade», referindo-se à violência auto-destrutiva das nações.

Vemos assim que o nacionalismo, encarado não como ideologia, mas como identidade nacional, nos aparece como algo de profundamente íntimo e psicológico. Não se trata de coisa concreta e palpável, mas de uma ideia ou sentimento.

---

(4) Edgar Morin, «Sociologia», p. 129.
(5) Jorge Dias, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portguesa», p. 11.
(6) Edgar Morin, *op. cit.*, p. 384.
(7) Jean Mialet, «La Patrie Décriée mais Vivante», p. 3.

Conceito de Patriotismo

Há uma zona difusa ou de penumbra entre o conceito de patriotismo e o de nacionalismo, que não nos parece contudo absolutamente coincidente com aquele.

As grandes reacções sentimentais de outrora em torno da Pátria, não são hoje facilmente observáveis. Por esta razão se pensa que o patriotismo está em crise.

De acordo com a «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» a palavra patriotismo não tem uma definição precisa e são vagos e variados os sentimentos e ideias que formam o sentimento patriótico.

Jean Mialet diz que «é um facto que a palavra 'pátria' conhece um descrédito inegável nos países da Europa Ocidental, sobretudo entre os mais jovens dos seus habitantes. Ela não lhes provoca as reacções sentimentais que se pôde verificar nos seus pais» ([8]).

Este autor encara a questão de um modo que nos parece demasiado simplista. Para ele trata-se de uma derivação e extensão da actual contestação do pai e da velhice. «Constata-se no mundo inteiro e em todos os sectores, que o pai, esse ser venerado de antigamente, é hoje severamente contestado» ([9]).

Daqui que a terra do pai e dos seus ancestrais perca o seu valor simbólico e mesmo material, tanto mais que o culto dos velhos e da velhice se perdeu também, ganhando mesmo uma conotação de algum modo pejorativa.

Assim, para o mesmo autor, «a pátria, terra dos pais, dos ancestrais, dos velhos não seduziria, porque evoca, por si mesma, esta decadência que a velhice acarreta e que eles podem contemplar com os seus olhos num mundo em que o número de velhos aumenta à medida em que se recusa a honrá-los» ([10]).

Concordamos com esta opinião, mas achamo-la insuficente para explicar a crise de patriotismo, Outras razões haverá, para além das conotações semânticas e certamente mais palpáveis do que estas. Aquele autor tem porém a convicção de que a aversão actual se circunscreve à palavra pátria e não à pátria em si mesma.

([8]) *Ibidem*, p. 1.
([9]) *Ibidem*, p. 2.
([10]) *Ibidem*.

Mialet afirma também a este respeito que «com efeito, se a palavra pátria é presentemente mal acolhida, sobretudo pelos jovens, em particular intelectuais, a realidade do sentimento patriótico subsiste, sobretudo no povo e a sua necessidade ir-se-á sem dúvida afirmando» ([11]).

O autor refere-se aos franceses.

Estranha perspectiva em que a inteligência da França é vista como aquela parte da população em que o patriotismo menos subsiste. Dar-se-á o caso de o desenvolvimento intelectual ser incompatível com o patriotismo? Não cremos e se o é, é-o há pouco tempo. Acontecerá que as capacidades cognitiva e sentimental sejam comunicantes e de tal modo pequenas que a aquisição de conhecimentos obrigue à anulação de sentimentos, para haver lugar para aqueles? Também não nos parece.

Pensamos ser mais provável que uma terrível e perigosa confusão entre valores, ou pseudo-valores transnacionais ou internacionalistas, fraternalmente apresentada sob capa de cordeiro anule os valores tradicionais (e terão de ser tradicionais, já que estão na origem e na base da sedimentação da nação) sem que haja a percepção de que, onde há muitos cordeiros é onde os lobos acorrem.

Numa tentativa de caracterização diferencial do patriotismo, diríamos que ele tem um carácter mais palpável e material do que o nacionalismo e aqui sim, aproveitaremos a própria palavra Pátria e a sua significação de terra dos pais.

Assim, o patriotismo confina-se mais ao solo pátrio, ao território, à comunidade política, do que à humana ou cultural, religiosa ou linguística. Não se presta a exageros de sentimentos frequentemente descambando em perversão.

«Da mesma maneira estabelece-se muitas vezes uma confusão entre o patriotismo, que é o sentimento legítimo de pertencer a uma comunidade nacional, e um nacionalismo exacerbado que conflui com a xenofobia e o racismo» ([12]).

Pensamos que uma distinção excelente é feita por Morin, quando afirma: «Há povos errantes, não há pátrias errantes» ([13]).

Assim, as nações podem sê-lo, mas não as pátrias que estão presas ao solo, ao território, que é, do nosso ponto de vista outro aspecto fundamental.

([11]) *Ibidem*, p. 1.
([12]) Robert Fabre, «Civisme et Défense», p. 28.
([13]) Edgar Morin, *op. cit.*, p. 131.

Mialet equipara o sentimento patriótico à solidariedade cívica e, de algum modo contradizendo-se diz, referindo-se a ele, que «estamos ameaçados de derrocada no próprio interior da nação, se não o reencontrarmos» ([14]), o que pressupõe que ele não existirá, opinião contraditória da que anteriormente citámos, do mesmo autor.

Nacionalismo e Patriotismo em crise?

«A primeira questão que entrevemos consiste em saber se o sentimento patriótico constitui hoje um conceito ultrapassado ou se, pelo contrário ele é, cada vez mais, justificativo e impulsionador da continuidade nacional de qualquer país, neste difícil epílogo do séc. XX» ([15]).

Esta é a questão de base que nos propomos estudar e consubstancia a nossa dúvida: O patriotismo e o nacionalismo estão em crise, ou apenas se alterou a exteriorização dos sentimentos do povo pela Pátria?

Que diferença se constata entre o que diz Morin: «O investimento afectivo profundo do ser humano na nação, a emanação objectiva de poder que constitui o Estado, concorrem conjuntamente para fazer da nação um 'ídolo' segundo a palavra de Toynbee, quer dizer do nacionalismo uma atitude religiosa» ([16]) e as palavras bem mais moderadas de Mialet: «O patriotismo não desapareceu em profundidade. Ele manifesta-se ainda, sob formas mais ou menos elaboradas. Pode dizer-se que se apresenta no estado bruto, sob um aspecto muitas vezes constestável, na ocasião dos grandes encontros desportivos (...). Mesmo os jovens não parecem escapar a este movimento» ([17]).

Realmente, ao nacionalismo sentimental, afectivo e intelectual expresso pelo primeiro, contrapõe-se aparentemente uma união em torno de um símbolo desportivo, por ocasião de uma competição. Muito mais terra a terra, palpável, material, o segundo, mais nobre e sentimental o primeiro.

De qualquer modo ambos exprimem, ou parecem exprimir uma mesma realidade, um mesmo interesse pela pátria.

([14]) Jean Mialet, *op. cit.*, p. 4.
([15]) Teresa Bernardino, «O Patriotismo, O Futuro e Portugal», p. 93.
([16]) Edgar Morin, *op. cit.*, p. 133.
([17]) Jean Mialet, *op. cit.*, p. 3.

No caso português, para além do rolar dos tempos e das alterações psico-sociológicas do homem actual relativamente aos seus pais, ou seja, das transformações psicológica, cultural e social das gerações, houve ainda a convulsão após 25 de Abril, em que se quis introduzir à força na sociedade portuguesa valores que nada lhe diziam eliminando-se prévia, sistemática e metodicamente os que lhe eram tradicionais.

Então o povo português desorientou-se um pouco e deu mais uma vez razão a Jorge Dias, quando diz que «ao contrário do que muitos disseram, o português não degenerou; as virtudes e os defeitos mantiveram-se os mesmos através dos séculos, simplesmente as suas reacções é que variam conforme as circunstâncias históricas» ([18]).

Com efeito o português adaptou-se, com a inesgotável capacidade que tem para o fazer, às novas que se lhe é característico. Apenas... não terá degenerado e teimosamente, como também lhe é característico, voltou a levar a água ao seu moinho. Devagar, bastante mais devagar do que haviam sido destruídos, os valores nacionais vêm sendo repostos.

Alguns seriamente abalados e não sabemos mesmo se definitivamente; outros porém, talvez robustecidos, porque na desgraça é que sempre os portugueses encontraram força para venceer e energia para lutar.

Poderemos pois admitir, como hipótese teórica de trabalho, que a crise ocidental do nacionalismo e do patriotismo claramente visível no dia a dia, pela contestação das forças armadas, da família, da escola, pela objecção de consciência, que singularmente só aflige o ocidente, terá razões específicas para ser eventualmente maior em Portugal, mas não é exclusivamente dele.

Assim o denota Laurent Fabius: «Sim, é todo o nosso povo, que deve ser doravante levado a um esforço para manter e se possível aumentar o poder do nosso país. Ele fá-lo para a sua economia, e para a sua defesa, consciente que para ganhar as batalhas da modernidade, há um valor eficaz e forte: o patriotismo» ([19]).

Este é um grito de alerta, mas também uma mensagem de esperança no futuro e de fé na consciência nacional do povo francês, que nos parecem contudo oportunos e actuais para o nosso também.

([18]) Jorge Dias, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», p. 16.

([19]) Laurent Fabius, «Patriotism, Indépendance, Solidarité», p. 17. O sublinhado é meu e marca o itálico no original.

O carácter nacional

Procuraremos aprofundar agora um pouco mais a noção de carácter nacional.

De acordo com José Augusto Seabra, «Uma primeira dificuldade que a noção 'carácter nacional' apresenta é a que resulta da justaposição de um conceito político a uma realidade psicológica» ([20]) e que mistura portanto os elementos caracterizadores com o pragmatismo do poder e da governação, elementos que não são necessariamente coincidentes.

O carácter nacional pressupõe uma consciência do ser, o que por sua vez implica a necessidade ou existência daquilo ou daqueles que o não são. É de novo a afirmação por oposição. Para Álvaro Dória, só nos fins do séc. XIV a consciência nacional «(...) se radicou manifestando-se na oposição de Portugueses e Castelhanos e alçando ao trono um novo Rei» ([21]) e a ela também se refere Oliveira Martins considerando-a um sentimento abstracto filho da consciência «(...) que tinham os portugueses no século XVI e perderam os Portugueses no séc. XIX» ([22]).

Há portanto em Oliveira Martins uma percepção da perda da consciência nacional a que Eça também se referiu, afirmando: «Toda a minha geração (exceptuando espíritos superiores como Antero de Quental e Oliveira Martins) nos tínhamos tornado fatalmente franceses no meio de uma sociedade que se afrancesava e (...) rompera com a tradição nacional» ([23]).

É a diluição e posterior apagamento da consciência e portanto do carácter nacional nas tintas leves e tentadoras de outra cultura mais em moda.

Não pararam porém no séc. XIX as crises da identidade nacional, como refere António Quadros: «O pós-25 de Abril, ou melhor, o pós-28 de Setembro, precipitou uma crise de identidade que, se vinha efectivamente já de longe, contudo se agravou extraordinariamente com a actividade maquiavélica, irresponsável ou oportunista dos grupos revolucionários em fusão, que passaram então a dirigir o país» ([24]). É a crise a que nos referíramos já anteriormente e que não está ainda debelada.

([20]) J. A. Seabra, «Cultura e Política ou A Cidade e os Labirintos», p. 99.
([21]) Álvaro Dória, «Ainda a União Ibérica», p. 18.
([22]) O. Martins, citado na «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira».
([23]) Eça de Queirós, citado por A. M. B. M. Pires, *op. cit.*, p. 241.
([24]) António Quadros, «A Arte de Continuar Português», p. 66.

Mas o que será então esta consciência nacional sintetizadora do carácter nacional?

«O sentimento nacional é um 'complexo', uma realidade psico-afectiva formada pela coagulação, a aglutinação, a síntese de uma totalidade orgânica de elementos isoláveis pela análise» ([25]). Esta realidade tem para Morin uma composição bissexual: «matri-patriótica, enquanto componente feminina, mãe-pátria, que temos de proteger; paternal-viril, (...) enquanto autoridade sempre justificada, imperativa, que apela às armas e ao dever» ([26]).

Machado Pires, em conferência proferida no Instituto da Defesa Nacional, em Março de 1988, referindo-se ao carácter nacional, dizia cheio de oportunidade: «Não façamos museu de ideias, mas vale a pena sermos diferentes». É que a identidade baseia-se na diferença para afirmar a especificidade. Como diz Morin, a nação permite a distinção definitiva entre o «nós» e os «outros» e para ele, a fronteira e o inimigo foram importantes na constituição das identidades nacionais, na Europa.

Afinal, é o que dizia Álvaro Dória, conforme citámos atrás e que funciona como motor da nação. A exclusão da diferença agrupa o idêntico e multiplica-o, para permitir a constituição de uma nação. É o que Morin denomina sentimento nacional ou identidade nacional.

Este autor procura uma sistematização dos conceitos e indica três termos interdependentes que diferencia de acordo com a tónica que se lhe dá: «Sentimento nacional — se se quer insistir na natureza afectiva do fenómeno. Consciência nacional — se se quer insistir na natureza psicológica. Identidade nacional — se se quer insistir na natureza antropo-sociológica» ([27]).

Parece-nos que à integração das três noções corresponderia a de carácter nacional, mas não ficámos particularmente impressionados com esta tentativa daquele autor, que se nos afigura mais um preciosismo do que um instrumento de trabalho.

Qualquer dos três conceitos, que são gémeos, vive para e por um pensar nacional, ou seja um reflectir em concordância e sintonia nacionais que os espelhe e os fortaleça.

([25]) Edgar Morin, *op. cit.*, p. 131.
([26]) *Ibidem.*
([27]) Edgar Morin, *op. cit.*, p. 130.

Este pensar nacional é também ele definidor do carácter nacional, como diz Machado Pires: «Uma nação existe porque pensa» ([28]). Só que o pensar da nação portuguesa foi fortemente abalado no pós-25 de Abril imediato e por isso «Portugal vive hoje não só uma profunda crise política, económica, financeira e social, mas também uma crise de identidade que desmotiva e desorienta os portugueses» ([29]).

Está a dar-se a reposição dos valores nacionais, mas com muita lentidão, talvez excessiva lentidão, razão pela qual a crise de 1974 não foi ainda superada. Daí que ainda haja razões para dizer: «Estou crente que os factores basilares da permanência do carácter nacional estão seriamente ameaçados» ([30]).

Com efeito, os sentimentos abalados levam tempo a reconstruir e principalmente só são recuperáveis por vontade do próprio e nunca por acção alheia. «Nenhum governo nem exército podem criar uma alma nova ao país. Nada substitui uma consciência» ([31]).

Torna-se então imperioso reencontrar ou redescobrir a nossa identidade, admitindo embora que ela se tenha de alguma forma modificado, face à erosão provocada pela história recente, mas igualmente pela dos séculos.

O problema da permanência do carácter nacional é polémico. Assim, enquanto Jorge Dias perguntava: «Poderemos, contudo, pensar que o carácter nacional se vai manter indefinidamente igual, quando as circunstâncias em que ele se formou se estão a alterar rápida e pronfundamente?» ([32]), a «Encyclopedia of Social Sciences» diz na página 233 do volume XII que «a questão da imutabilidade do carácter nacional que tem sido apaixonadamente afirmada e negada é em grande parte um mero exercício de terminologia».

Não cremos que o carácter nacional, como fenómeno humano que é, conjunto de sentimentos sentidos individualmente por um povo, se possa manter inalterado. Deverá evoluir e adaptar-se ao ritmo das mudanças socio-culturais, económicas e até tecnológicas da época, mas o erro será

([28]) A. M. B. Machado Pires, *op. cit.*, p. 334.
([29]) A. Quadros, *op. cit.*, p. 15.
([30]) Maria de Lourdes Belchior, «Sobre o Carácter Nacional ou Para uma 'Explicação' de Portugal», p. 30.
([31]) A. M. B. Machado Pires, conferência proferida no IDN em 22/3/88.
([32]) Jorge Dias, «Estudos do Carácter Nacional Português», p. 43.

se, em vez de se adaptar, se anular ou decompuser em mitos de alguma nova ordem importada e portanto desinserida do povo receptor.

Então, em nossa opinião deixaremos de poder falar em carácter nacional. Um povo nessa situação descaracterizou-se, perdeu a sua identidade nacional e colocou-se nas melhores condições para perder muito mais, a seguir. Tudo.

Consciência Histórica Nacional

Quando Jorge Dias diz que «uma das nações mais pequenas da Europa foi a senhora dum dos maiores impérios de todos os tempos e teve a maior armada da época» ([33]) está a realçar um dos factos mais salientes da nossa História.

A História de um povo é no fundo a sua própria vida; é a caracterização do povo através do critério enunciado por Machado Pires e anteriormente citado por nós, face àquilo que ele fez de facto no mundo.

É portanto fundamental para a unidade nacional, para a identidade de um povo a existência, o conhecimento e a comunhão desse povo relativamente à sua História.

Como diz Morin, «através da história nacional opera-se um processo de identificação muito íntimo de um indivíduo de uma certa época com o Grande Ser Histórico vivo, lutando como um herói-deus da antiguidade para a sua própria imortalidade» ([34]). É através dessa identificação que se sedimenta e liga o passado histórico de um povo com o momento actual.

A História é pois elemento determinante.

«Um país sem memória é país sem futuro. A memória não é um culto passadista, é a consciência do ser-se» ([35]).

Soberania Nacional

«Uma ligação ao solo, à 'pátria', é também parte familiar do patriotismo tal como ele é presentemente entendido: isto aparece entre povos pri-

([33]) Jorge Dias, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», p. 132.
([34]) Edgar Morin, «Sociologie», p. 132.
([35]) A. M. B. Machado Pires, conferência proferida no IDN em 22/3/88.

mitivos tão depressa quanto estabeleçam qualquer tipo de habitação permanente e homens de todos os tempos sentem-se geralmente mais felizes e mais seguros num ambiente familiar» ([36]).

O território nacional estabelecido é sentido como um todo de pertença nos dois sentidos; o território é um dos caracteres que diferencia e individualiza um povo em relação aos outros, mas é também a ele que esse povo sente que pertence. Há uma correspondência biunívoca.

Daí que a hipótese de anexação por Castela sempre tenha unido os portugueses para a inviabilizar. Diz Álvaro Dória: «Porque, não devemos esquecê-lo a ideia iberista em Portugal jamais a aprovou o povo» ([37]).

Então, a existência e conservação do espaço territorial ganha uma força muito significativa que leva Jean Mialet a afirmar que «(...) o que a maioria dos franceses não perdoa à sua pátria, é ter perdido a sua força e o seu prestígio» ([38]).

Jorge Dias sintetiza muito bem a importância do território ao afirmar: «Igualmente a perda de uma das partes ou a anexação de uma parcela nova acaba por afectar com o tempo as características da cultura nacional» ([39]). Tal é o impacto que a alteração do território pode causar.

Assim, encontramos mais uma razão para a desorientação do povo português no pós 25 de Abril, já que ele viu alienada à pressa, sem explicação clara e quase de improviso, substancial parte do património territorial português.

Solidariedade nacional e consciência cívica

São a consciencialização de um povo, enquanto tal, a congregação em torno dos valores e dos interesses nacionais, a dádiva e entrega de si próprio para a causa comum, que permitem que uma nação se afirme como tal.

Uma vez mais, esta solidariedade é uma afirmação do ser, com exclusão do não ser, isto é, dos que não são pertença da mesma nação. Esta solidariedade não se confunde pois com o solidariedade social em sentido lato, que se manifesta quando ocorre uma catástrofe e a comuniade inter-

([36]) «Encyclopedia of the Social Sciences», vol. Eleven, p. 27.
([37]) Álvaro Dória, «Ainda a União Ibérica», p. 16.
([38]) Jean Mialet, «La Patrie Décriée mais Vivante», p. 5.
([39]) Jorge Dias, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», p. 9.

nacional a entende como suficientemente desprovida de conotações ideológicas para merecer o seu apoio, para prestar o seu auxílio fundamentalmente material, técnico, científico.

A solidariedade nacional é algo que vive em permanência, ainda que latente, numa nação.

O modo mais claro como ela se expressa, a acção solidária nacional a tempo inteiro e portanto não consequente da tal ocorrência de desastre, a mostra clara, bem patente do que é um povo, é a expressão da sua consciência cívica.

Defesa Nacional

Um dos principais garantes da Defesa de uma nação é a consciência cívica do seu povo.

É do modo como ele vive as suas instituições e estas o englobam, do seu entendimento do conjunto nacional e da maneira como este o assimila, da sua percepção e amor pelos valores integradores nacionais e do quanto estes conseguem impor-se-lhe, que decorre em maior ou menor grau o estado de segurança ideal perseguido pelas acções da defesa.

Não podem porém as instituições, enquanto estruturas, mostrar-se ao povo que defendem ou deviam defender; têm de ser clarificadas, mostradas e ... elas próprias, também defendidas e não prostituídas

As instituições do Estado precisam da confiança do povo, mas não de serem por ele subvertidas nem denegridas, situação de que resulta, por efeito perverso, a perda da sua confiança.

Ninguém confia no derrotado, mesmo que queira parecer que sim.

É por isso que os povos livres e que têm profunda consciência cívica, amam e preservam as suas instituições; é por isso que as conhecem e acarinham; é por isso que não aproveitam os erros, todos os erros para apontar com dedo acusador; é por isso que não procuram privilegiadamente a falha; procuram acima de tudo honrá-las, defendê-las e preservá-las.

Para procurar saber o que pensa, sente e vive o povo português acerca de todos estes factores/indicadores do patriotismo e do nacionalismo, levou o Instituto da Defesa Nacional a efeito uma investigação de campo em 1988.

Terminaremos com outra interrogação de Jorge Dias: «Será possível que se mantenha o nosso carácter nacional? Duvido, e proponho que se estudem a sério os vários problemas aqui apresentados e possivelmente outros» ([40]).

II — *A INVESTIGAÇÃO*

Foi firmado um protocolo entre o Instituto da Defesa Nacional e o Instituto de Ciências Sociais com a finalidade de se levar a cabo uma investigação a nível nacional, para estudar na sociedade portuguesa actual, a existência ou não de sentimentos de nacionalismo e de patriotismo, tendo a investigação de campo decorrido em meados de 1988.

Para tal foi inquirida uma amostra de 1800 pessoas, sendo 1500 do continente, 150 da Região Autónoma da Madeira e igual número da Região Autónoma dos Açores, vivendo em localidades com mais de 100 habitantes.

«Elaborou-se uma amostra representativa da poplução em estudo, tendo-se feito uma amostragem aleatória, estratificada, com imputação óptima e com selecção polietápica, partindo da selecção das unidades primárias (localidades), até à selecção das unidades últimas (indivíduos). A selecção do indivíduo obedeceu ao método de Kish» ([41]).

O questionário tinha 32 itens de classificação e 47 perguntas divididas em cinco capítulos:

1 — Identidade Nacional.
2 — Soberania Nacional.
3 — Consciência Histórica Nacional.
4 — Solidariedade Nacional e Consciência Cívica.
5 — Defesa Nacional.

«Foi feito um pré-teste e o trabalho dos entrevistadores foi controlado pela revisão completa de todos os questionários no acto de entrega, tendo sido feita 15 por cento de inspecção do trabalho realizado» ([42]).

Foi feita ponderação e equilibração dos dados para o Universo, tendo em atenção o sexo, a região e o habitat.

([40]) Jorge Dias, «Estudos do Carácter Nacional Português», p. 49.
([41]) Conforme relatório da ESEO — Estudos Socioeconómico de Opinião, Lda.
([42]) De acordo com o relatório da ESEO — Estudos Socioeconómicos de Opinião, Lda.

Para estudo dos dados recolhidos, servir-nos-emos dos dados globais e de oito níveis de análise, a saber:

— *Sexo*

Masculino
Feminino

— *Região*

Grande Lisboa
Grande Porto
Faixa Litoral
Interior Norte
Interior Sul
Madeira
Açores

— *Classe social*

Alta/Média alta
Média superior
Média inferior
Baixa

— *Habitat*

Até 2000 habitantes
2 a 10 000 habitantes
10 a 30 000 habitantes
30 a 100 000 habitantes
Porto (cidade)
Lisboa (cidade)

— *Posição religiosa*

Católico praticante
Católico não praticante
Outra religião
Indiferente

— *Posição política*

Esquerda
Centro esquerda
Centro direita
Direita

— *Idade*

16 — 24 anos
25 — 34 anos
35 — 44 anos
45 — 54 anos
55 anos ou mais

— *Instrução*

Escola primária incompleta
Escola primária completa
Secundário — 5.º ano (9.º de escolaridade)
Secundário completo
Superior

Não vamos, por razões óbvias analisar ponto a ponto os dados de classificação nem os resultados obtidos em cada pergunta; essa não é a finalidade deste trabalho. O que pretendemos é tão só divulgar o que de mais importante a investigação nos deu a conhecer.

Caracterização da Mostra

Sexo

Masculino	46 %
Feminino	54 %

Idade

16 — 24 anos	21,1 %
25 — 34 anos	14,9 %
35 — 44 anos	14,5 %
45 — 54 anos	14,7 %
55 ou mais	34,8 %

Localidade de residência

Lisboa	8,9 %
Grande Lisboa	10,7 %
Porto Cidade	3,5 %
Grande Porto	6,8 %
Capital de Distrito	6,9 %
Sede de Concelho	23,5 %
Lugar/Aldeia	39,8 %
Outro	

Residência por distritos

Aveiro	4,0 %	Lisboa	17,7 %
Beja	1,6 %	Portalegre	1,6 %
Braga	7,6 %	Porto	13,8 %
Bragança	2,4 %	Santarém	5,4 %
Castelo Branco	2,5 %	Setúbal	8,7 %
Coimbra	7,0 %	Viana do Castelo	3,0 %
Évora	2,3 %	Vila Real	4,3 %
Faro	3,7 %	Viseu	2,3 %
Guarda	2,3 %	Açores	2,5 %
Leiria	4,9 %	Madeira	2,5 %

Situação ocupacional

Exerce uma profissão	42,6 %
Doméstica	31,9 %
Estudante	10,4 %
Reformado	21,3 %
Serviço militar	0,4 %

Incapacitado de trabalhar	0,1 %
À procura do 1.º emprego	0,6 %
Desempregado	1,8 %
Outra situação	1,1 %
Situação profissional	
Trabalhador por conta própria	31,7 %
Trabalhador por conta doutrem	66,2 %
Patrão	2,1 %
Sector de trabalho	
Público	27,6 %
Privado	67,8 %
Cooperativo	4,6 %
Rendimento mensal	
Até 27 200$	15,6 %
27 200$ — 35 000$	23,2 %
36 000$ — 45 000$	20,1 %
46 000$ — 60 000$	21,3 %
61 000$ — 90 000$	12,2 %
91 000$ — 120 000$	5,6 %
121 000$ — 150 000$	0,8 %
150 000$ — 200 000$	0,6 %
Mais 200 000$	0,4 %
Dimensão do agregado familiar	
Vive sozinho	9,3 %
Duas pessoas	25,6 %
Três pessoas	20,4 %
Quatro pessoas	26,9 %
Cinco pessoas	9,7 %
Seis pessoas	4,9 %
Sete pessoas	1,8 %
Oito pessoas	0,5 %
Nove pessoas	0,2 %
Dez ou mais pessoas	0,6 %

Residência

Casa própria	61,4 %
Casa alugada	37,4 %
Quarto alugado	0,3 %
Pensão	
Barraca	
Outra residência	1,0 %

Habilitações literárias

Não sabe ler nem escrever	9,4%
Sabe ler e escrever	11,0 %
Ensino primário (4.ª classe)	37,3 %
Ensino básico (ciclo preparatório, 6.ª classe)	11,4 %
Curso geral ensino secundário (unificado)	11,9 %
Cursos complementar ens. secund. (10.º, 11.º ou antigo 7.º ano)	8,7 %
12.º ano ou propedêutico	4,4 %
Curso médio ou politécnico	2,5 %
Curso superior	3,4 %

Autoclassificação da classe social da família

Alta	0,1 %
Média alta	3,8 %
Média	58,5 %
Média baixa	23,6 %
Baixa	14,0 %

Posição religiosa

Católico praticante	52,3 %
Católico não praticante	36,3 %
Protestante	0,6 %
Cristão sem Igreja	1,2 %
Testemunha de Jeová	0,6 %
Com outra religião	0,9 %
Indiferente	4,8 %
Agnóstico	0,4 %
Ateu	2,1 %
NR	0,9 %

Numa escala de 10 pontos, em que o 1 representa «nada importante» e o 10 «muito importante», aplicada para testar a importância de Deus na vida dos inquiridos, a média foi 8,4 e o desvio 2,3.

Relativamente à situação militar:

Já fez o serviço militar	56,2 %
Está a fazer	0,8 %
Ainda não fez	16,0 %
Ficou dispensado	27,0 %

Dos que já tinham cumprido o serviço militar, 21,1 por cento tinham estado nas ex-colónias e 78,9 por cento não.

Numa escala de auto-posicionamento político, de 1 a 10 em que o 1 significa «mais à esquerda» e o 10 quer dizer «mais à direita», a média foi 5,6 e o desvio 2,0.

Relativamente ao interesse dos acontecimentos da vida política, 13,3 por cento têm muito interesse por eles, enquanto 6 por cento não sabem ou não responderam. O resultado mais alto foi obtido pela resposta «algum interesse» (33,0 por cento) seguido com 26,6 por cento da resposta «nenhum interesse». «Pouco interesse» colheu 21,1 por cento das respostas.

É interessante verificar que a população portuguesa é profundamente alheia aos acontecimentos da vida política.

Apenas 46,3 por cento manifestam interesse por eles (muito ou algum) enquanto os restantes 53, 7 por cento manifestam pouco, nenhum ou nem sabem ou não responderam.

Perace poder vislumbrar-se um certo desencanto relativamente a política, entre os portugueses.

Pensamos que isto pode ter que ver com a saturação, neste aspecto, dos meios de comunicação social nos últimos catorze anos, em matérias respeitantes à política e às questões partidárias, que constituirá um contraste excessivo com a prática anterior; por outro lado, a televisão, com o seu enorme impacto nas populações, nomeadamente naquelas que não têm acesso fácil a outros meios de comunicação de raiz nacional, pode contribuir para esta situação, uma vez que sendo única e face à qualidade dos programas apresentados pode fazer potenciar a aversão às intervenções políticas, geralmente transmitidas no chamado «horário nobre», não apresentando compensações motivadoras nos horários não nobres.

No que respeita à posição dos inquiridos relativamente à filiação partidária, os resultados foram os seguintes:

Muito ligado	1,8 %
Bastante ligado	4,3 %
Simples simpatizante	46,6 %
Não próximo de nenhum partido	38,6 %
NS	5,0 %
NR	3,7 %

Quanto especificamente ao partido do qual se sente ou não na proximidade:

PSD	44,9 %
PS	30,4 %
CDS	7,4 %
PCP	5,4 %
PRD	1,1 %
UDP	0,1 %
Outros	1,9 %
NR	8,8 %

A posição dos inquiridos, no que concerne ao grau de satisfação que sentem com o funcionamento da democracia em Portugal, é a seguinte:

Muito satisfeito	6,1 %
Satisfeito	57,5 %
Não satisfeito	31,6 %
Muito insatisfeito	3,4 %
NS	0,3 %
NR	1,1 %

Relativamente à visão do futuro da sociedade portuguesa e ao modo de o atingir, as respostas foram:

É preciso mudar radicalmente toda a organização da sociedade por uma acção revolucionária	1,9 %
É preciso melhorar pouco a pouco a nossa sociedade, através de reformas	70,3 %

É preciso defender corajosamente a nossa sociedade actual contra todas as forças subversivas	10,4 %
NS	14,5 %
NR	2,8 %

Apenas 36,7 por cento dos inquiridos não tinha nunca saído de Portugal e visitado outros países, tendo-o feito 43,4 por cento algumas ou muitas vezes.

Os motivos das viagens foram:

Emigração	18,6 %
Turismo	72,8 %
Negócios	2,2 %
Estudos	0,7 %
Outra	5,8 %

39,8 por cento dos inquiridos costumam seguir o que se passa no mundo, pelos órgãos de comunicação social, com muita frequência, 48,5 por cento com pouca frequência e 11, 7 por cento nunca.

Outros dados de caracterização da amostra:

— Estado civil	
Solteiros	24,3 %
Casados	63,8 %
Divorciados	0,9 %
Separados	0,4 %
Viúvos	10,6 %
— Estudantes por idades	
16 — 24 anos	47,4 %
25 — 34 anos	2,4 %
45 — 54 anos	0,1 %
— Estudantes por cursos	
Primária completa	1,4 %
Secundário (9.º ano)	29,3 %
Secundário completo	42,5 %
Superior	10,5 %

— Posição política

— Maiores percentagens na esquerda (01)

25 — 34 anos	4,3 %
Secundário completo	2,2 %
Indiferença religiosa	6,9 %
Classe média inferior	2,4 %
Cidade do Porto	5,7 %
Homens	2,2 %
Madeira	5,2 %

— Maiores percentagens na direita (10)

16 — 24 e 35 — 44 anos	4,0 %
Secundário completo	6,2 %
Católicos praticantes	2,9 %
Classe média superior	3,9 %
Cidade do Porto	4,1 %
Mulheres	2,6 %
Madeira	13,0 %

OS DADOS COLHIDOS

Identidade Nacional

Verifica-se que, em termos gerais, a maioria dos portugueses (63,2 por cento) se referem a Portugal como «país», enquanto que apenas 21,3 por cento o fazem como «pátria» e «9,1 por cento» como «nação».

Os grupos que atingem percentagens mais elevadas de respostas em «pátria» são os dos portugueses com mais idade, os que têm nível de instrução mais baixo, os católicos, os do centro direita, da classe baixa e do interior sul.

Não há diferença significativa entre os sexos, em que apenas aproximadamente um quinto assim se referem.

É provável que o grande peso dado ao tratamento por «país» esteja relacionado com a introdução, há alguns anos atrás, da forma designadora

«este país», que substituiu os tradicionais «Portugal», «pátria» e «nação» e que pareceu difundir-se muito rapidamente.

Esta nova forma, que nos parece claramente infeliz, poderá ter colhido o agrado de muitos, porque não sendo agressiva nem imediatamente lesiva, evita a ligação sentimental à pátria, através do seu tratamento claro como tal, que nessa época parecia ser tido como conservador e impróprio.

Contudo e em nosso entender, não é inócua, mas pelo contrário perigosa, por levar veladamente à anulação dos aludidos sentimentos de fusão com a pátria, diluindo-os por substituição, num termo, que eventualmente se pretenderia sinónimo — «país» — mas que o não é.

Relativamente aos sentimentos de pertença, com excepção dos portugueses da Madeira e Açores, todos, através dos vários critérios em que se obtiveram cruzamentos (idade, instrução, posição religiosa, posição política, classe social, habitat, sexo e região), se sentem muito distanciadamente pertença da região onde nasceram ou onde vivem, o que indica com iniludível clareza profundos e arreigados sentimentos regionalistas.

Os portugueses da Madeira e dos Açores sentem-se pertencer prioritariamente à região onde foram criados.

O sentimento de pertença à Europa é muito baixo, nomeadamente na Madeira, Açores, nos portugueses com mais de 45 anos, na cidade do Porto e na população das povoações com 30 a 100 000 habitantes.

Relativamente ao mundo inteiro os índices de pertença são baixos, embora significativamente superiores aos da Europa, tendo contudo 0 por cento na Madeira. O índice mais elevado é o dos indiferentes religiosos (17,2 por cento) o dos que têm o curso secundário completo (13,9 por cento), o das povoações com 10 a 30 000 habitantes (12,2 por cento) e o da Grande Lisboa (10,9 por cento).

Não pode deixar-se passar em claro a não pertença que os portugueses sentem relativamente à Europa, em que, em vários critérios, as respostas estão abaixo de 1 por cento, numa altura em que Portugal está em pleno processo de adesão à Europa Comunitária, embora globalmente, 69,5 por cento pensem que Portugal é um país com grande futuro devido à integração europeia e considerem esta muito ou bastante favorável em mais de 50 por cento dos casos, em todos os níveis de análise, excepto na população dos Açores (43,6 por cento).

Pode-se admitir que o impacto de alguns programas de televisão apresentados recentemente, dando a imagem de Portugal no mundo, tenha influenciado de algum modo a pertença ao mundo inteiro, fazendo assim subir este indicador; não se pode porém e ainda mais por esta razão, ignorar a completa desinserção na Europa, apesar dos muitos programas que se têm feito sobre ela e sobre a integração de Portugal nas Comunidades.

A variação dos índices, indica-nos uma maior abertura à Europa e ao mundo, dos não católicos, da esquerda ou centro esquerda, das classes alta e média alta, dos mais jovens, dos mais instruídos, das mulheres e da Grande Lisboa.

Há portanto sobressaindo uma dicotomia entre o tradicionalismo e a mudança, embora, repita-se, os índices indicadores desta sejam muito baixos.

A tendência regionalista ultrapassa em muito os índices europeus verificados em 1981:

	Portugal	*Espanha*	*Itália*	*Europa*
Terra ou cidade	21,8 %	40 %	44 %	42 %
Região	53,7 %	17 %	9 %	15 %
O país em geral	18,0 %	34 %	24 %	27 %
Europa	1,7 %	2 %	4 %	4 %
Mundo inteiro	3,9 %	6 %	16 %	9 %
Não sabe	0,3 %	2 %	5 %	4 %
Não responde	0,6 %	—	—	—

(FONTE: Francisco Andrés Orizo, «España, entre la apatia y el cambio social. Una encuesta, sobre el sistema europeo de valores: el caso español», Madrid, Ed Mapfe, 1983, p. 249 e ss, citado por Manuel Braga da Cruz no relatório da investigação do IDN).

NOTA: Os valores referentes a Portugal são da investigação do IDN.

89,9 por cento dos portugueses sentem-se muito ou bastante orgulhosos (68,6 por cento e 21,3 por cento) de serem portugueses, enquanto apenas 1,4 por cento não se sentem por essa razão nada orgulhosos.

Não há tendências acentuadas que mereçam referência, mantendo-se um grande equilíbrio, apenas com ligeira descida dos portugueses com instrução superior e das classes altas e também ligeira subida em «nada orgulhoso» dos que têm 16 a 24 anos, dos de instrução superior e dos indiferentes religiosos. Em termos regionais, são as regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto que apresentam índices mais elevados de baixo orgulho,

o que não pode deixar de ser preocupante, tratando-se das duas maiores cidades do país, mas que se compreende se verificarmos que as principais razões de falta de orgulho se prendem com as más condições económicas e baixo nível de vida, que se fazem sentir mais agudamente nas duas grandes cidades, onde se praticam preços de Europa com vencimentos de Portugal.

As principais razões de orgulho para os portuguesees são a história com certo destaque, a paisagem e o clima, o hino nacional e a bandeira nacional, todos bastante acima dos 50 por cento.

As principais razões de falta de orgulho são as condições de vida, o desenvolvimento económico, os partidos políticos, o governo e a Constituição em que a primeira, entre pouco e nenhum orgulho soma mais de 50 por cento, e as restantes ultrapassam os 40 por cento.

Parece interessante analisar um pouco mais em detalhe as tendências de opinião quer no que respeita à Constituição, quer ao Governo.

Verifica-se que os níveis que sentem muito orgulho maioritariamente em relação aos restantes, são quase os mesmos nos dois casos:

As mulheres, os do interior Norte, os mais velhos, os que têm a instrução primária completa, os católicos praticantes, os da direita.

As únicas diferenças encontram-se nas classes sociais, que no Governo são a baixa e a alta por esta ordem e na Constituição apenas a baixa, e nos habitantes em que em ambos os casos surgem os de menos de 2000 habitantes, mas no Governo também aparece a cidade do Porto.

Relativamente aos portugueses que sentem nenhum orgulho na sua constituição e no seu Governo, (10 por cento e 7 por cento respectivamente), há algumas diferenças mais, mas não muito significativas:

— São os da esquerda.
— Os das cidades de Lisboa e Porto, embora por ordem diferente.
— Os indiferentes religiosos.
— Os Açores em ambos os casos e o interior Sul no caso do Governo e a Grande Lisboa no caso da Constituição.
— Sexo feminino no caso do Governo (com diferença insignificante) e masculino no caso da Constituição, com pequena diferença.
— Curso secundário para o Governo e superior para a Constituição.
— 25 — 34 anos para o Governo, 35 — 44 para a Constituição.

— Classe média inferior para o Governo, alta/média para a Constituição.

Parece de grande importância salientar que, relativamente às Forças Armadas, os portugueses manifestaram:

Muito orgulho em 38,9 por cento dos casos.
Bastante orgulho em 31,9 por cento dos casos.
Pouco orgulho em 19,1 por cento dos casos.
Nenhum orgulho em 4,9 por cento dos casos,

o que parece estar claramente em contradição com o modo como estas são frequentemente tratadas na comunicação social e até em termos comparativos na sociedade portuguesa, com outros grupos sócio-profissionais e outras instituições.

Analisando as tendências de opinião em detalhe, verifica-se que têm prioritariamente muito orgulho nas Forças Armadas Portuguesas os seguintes grupos:

— Mulheres.
— Interior Norte.
— Maiores de 54 anos.
— Com a instrução primária completa.
— As duas classes baixas.
— Os habitats até 2000 habitantes e a cidade do Porto.
— Os católicos praticantes.
— A direita e o centro esquerda (por esta ordem).

Por outro lado, sentem nelas nenhum orgulho, prioritariamente:

— Os homens, mas apenas 6,1 por cento.
— Os Açores (10,4 por cento); na Madeira, apenas 0,6 por cento, resultado só ultrapassado pelo interior Norte com 0,4 por cento.
— 25 — 34 anos (apenas 8,9 por cento).
— Com o curso secundário ou superior (17,5 por cento e 17,1 por cento).
— As duas classes altas (9,6 por cento e 8,1 por cento).

— As cidades do porto e de Lisboa (12,6 por cento e 10,4 por cento).
— Os indiferentes religiosos (22,2 por cento).
— A esquerda (só 7,6 por cento).

Estas opiniões são claramente pouco significativas, na sua maioria, o que confirma a contradição a que aludimos anteriormente.

Fica claro que a hostilidade que é endereçada às Forças Armadas com grande frequência e sem qualquer parcimónia, não parece ser a expressão do sentimento da população portuguesa. Então de que será? E porque razões o será? E quais serão os fins em vista? E a quem interessarão esses fins?

Estas são perguntas para as quais a investigação não obteve resposta, porque não estavam na sua finalidade, mas que nos parece ser de todo o interesse aclarar.

Também os símbolos nacionais, hino e bandeira, alcançaram fortes indicadores de orgulho, que são já mais baixos relativamente às obras de arte, em que os valores rondam os 50 por cento, descendo mais por vezes e, nomeadamente na Madeira, Açores e na Grande Lisboa, atingem apenas a casa dos 30 por cento.

— Os portugueses gostam inequivocamente de viver no seu país o que parece solicitar e justificar um esforço acrescido para que possam ter cada vez melhores condições de vida e mais fortes razões para quererem nele passar as suas vidas.

Os indicadores de «gostam muito», ultrapassam sempre os 80 por cento, excepto no nível do curso secundário que atinge 71,3 por cento e no dos 16 a 24 anos, com 77,3 por cento.

Isto poderá traduzir algum desespero quanto ao futuro. Trata-se de uma camada jovem e de outra que, não tendo habilitações profissionalizantes, verá com preocupação os anos vindouros. Mesmo assim os resultados são elevados.

É ainda muito significativo que os resultados de «não gostam» raramente atinjam 1 por cento e nunca cheguem a 2 por cento.

— Um outro indicador de muito interesse é o respeito que os portugueses dizem ter pela própria nação comparada com outras.

A primazia vai para a própria nação em 64,8 por cento dos casos. Este resultado é superior ao apurado em 1981 para várias outras nações:

USA	59 %
Canadá	35 %
Grã-Bretanha	33 %
França	26 %
Itália	15 %
Alemanha Federal	12 %

(FONTE: Morris Janowitz, «Toward the Reconstruction of Patriotism», The University of Chicago Press, 1983, p. 193, citado por Manuel Braga da Cruz no relatório da investigação do IDN).

Os portugueses com níveis de instrução mais elevados manifestaram menor respeito pela própria nação o que parece ir ao encontro da constatação de Mialet atrás referida.

Soberania Nacional

— 56,6 por cento dos portugueses entendem que a regionalização não ameaçará a unidade nacional, inclinando-se 34,8 por cento para não ameaçar nada e 21,8 por cento para que a ameaçará pouco.

Ao inverso, 4,8 por cento pensam que a ameçará muito e 9,3 por cento bastante, o que perfaz 14,1 por cento.

O grupo mais céptico é o dos habitantes da cidade do Porto, em que 15,4 por cento pensam que a regionalização ameaça muito a unidade nacional.

— A maioria dos portugueses (51,8 por cento) considera que a autonomia concedida às Regiões Autónomas é suficiente e tem contribuído para o desenvolvimento da democracia, não devendo por isso ser alterada.

A opinião a seguir mais frequente é a de que ela foi apenas um passo no sentido da maior descentralização e autonomia futuras (21,2 por cento).

Só 9,4 por cento consideram que se foi longe demais.

Dos diferentes níveis de análise, o resultado mais expressivo quanto à suficiência da autonomia é o dos Açores com 62,1 por cento, seguido da população com 25 a 34 anos (60,6 por cento) e dos habitats com 30 a 100 000 habitantes (60,2 por cento). A Madeira regista 50,8 por cento.

Quanto à opinião de que a autonomia deve aumentar, os resultados mais expressivos são:

Instrução superior	49,2 %
Madeira	38,3 %
Cidade de Lisboa	33,6 %
Direita	27,7 %

Os Açores registaram 21,9 por cento.

Ressalta pois uma significativamente maior concordância do povo açoreano com a sua autonomia e um maior ajustamento a ela do que no caso da população madeirense, o que, de algum modo, contradiz a aparência do quotidiano.

— Quanto ao risco que a independência nacional possa sofrer com a integração na CEE, as respostas são esmagadoramente por «nada» ou «pouco».

As vozes contrárias vêm, com maior expressão dos indiferentes religiosos (23,4 por cento), dos habitantes da cidade do Porto (21,0 por cento), das povoações com 30 a 100 000 habitantes (17,3 por cento) e, curiosamente, da população com 16 a 24 anos (15,9 por cento) que neste caso parece bastante mais cautelosa do que nas outras questões.

— Relativamente às grandes decisões governamentais, como por exemplo: utilização de bases militares por outros países, instalação de centrais nucleares, envio de tropas portuguesas em missão de paz para o estrangeiro, fixação de taxas de juro, extradição de terroristas e criminosos, definição do tempo de duração do serviço militar, exploração das águas territoriais e fundos marinhos da ZEE, a opinião é maioritariamente (de 74,6 por cento a 65,9 por cento) pela decisão nacional, sendo a extradição de terroristas e criminosos (14,6 por cento) a que mais se inclinou para o governo europeu e a exploração das águas territoriais e fundos marinho da ZEE (5,9 por cento) para o governo regional.

É importante salientar que em todos os itens a população da Madeira colocou prioritariamente o governo regional e só depois o nacional, enquanto que nos Açores isto só aconteceu na exploração das águas territoriais e dos fundos marinhos da ZEE, sendo o governo nacional posto em primeiro lugar, em todos os outros casos.

Consciência histórica nacional

— Relativamente à redução de feriados nacionais, os portugueses não se mostraram receptivos.

Contudo, o que colheu prioridade de eliminação, em número mais significativo foi o 25 de Abril (8,1 por cento); seguiram-se: 5 de Outubro (6,5 por cento), 1.º de Maio (6,4 por cento) e 10 de Junho (5,3 por cento). Nesta questão eram excluídos os feriados nacionais religiosos.

— 36,3 por cento não responderam, qual o monumento nacional que escolheriam para simbolizar Portugal, o que parece ser um indicador do nível cultural baixo dos portugueses. Quanto aos que responderam, a preponderância foi o Mosteiro dos Jerónimos (16,2 por cento) e para a Torre de Belém (15,8 por cento), ficando em terceiro lugar, já com menos de metade da importância o Monumento aos Descobrimentos, com 7,7 por cento, e depois o Mosteiro da Batalha com 7,4 por cento.

É provável que a localização em Lisboa dos três primeiros escolhidos não seja indiferente à sua preponderância, já que a capital é mais conhecida de todos os portugueses do que o resto do país, quer por visitas pessoais, quer mesmo por apresentações no cinema, televisão, jornais e revistas.

Por outro lado, o facto de todos eles estarem ligados aos descobrimentos faz com que nos últimos meses antes da sondagem tenham sido directa ou indirectamente referidos na comunicação social, a propósito das comemorações do quinto centenário daqueles, o que poderá ter influenciado a resposta.

Aliás esta hipótese é reforçada com a escolha de personagens da nossa história relacionadas com a epopeia marítima, como as mais admiradas e pela avaliação positiva dos descobrimentos quer em termos de grande pro-

jecção da cultura portuguesa no mundo (58 por cento) quer como grande empreendimento da civilização do mundo pela Europa (16,1 por cento) o que perfaz 17,1 por cento.

A preferência dos descobrimentos como projecção da cultura portuguesa no mundo foi mais incidente nos jovens, na esquerda e centro esquerda, nas classes alta e média superior e no sul.

Solidariedade nacional e consciência cívica

— Os portugueses mostraram um salutar e muito responsável equilíbrio entre direitos e deveres:

Deveres		*Direitos*	
Trabalhar	61,1 %	Liberdade de expressão	67,3 %
Votar	55,6 %	Liberdade religiosa	56,2 %
Defender a Pátria	47,6 %	Propriedade	37,1 %
Defender o ambiente	47,5 %	Livre circulação e emigração	34,4 %

O dever de pagar impostos foi apenas referido em 9,4 por cento dos casos.

— Em caso de guerra, 49,1 por cento dos portugueses estavam dispostos a combater incondicionalmente pelo seu país, 25,2 por cento não estavam e 20,9 por cento responderam que isso «depende».

Se é de algum modo consolador verificar que quase metade dos portugueses lutariam pela Pátria sem entraves, não deixa de ser chocante constatar que um quarto da nossa população responde fria e rotundamente «não».

Estarão à espera que os outros 75 por cento os defendam?

Preferirão que estrangeiros o façam?

Ou será pura e simplesmente seu desejo que ninguém interfira e logo se verá?

Esta é quanto a nós a atitude mais negativa mostrada pelos portugueses nesta investigação.

Como dizia o Dr. José Luís Nunes em conferência proferida ao Curso de Defesa Nacional de 1987/88: «Transformar-se em cordeiro pode provocar o lobo».

A distribuição de resultados é a seguinte:

Combater pela Pátria:	
Homens	58,5 %
Interior Norte	67,9 %
Esquerda	60,2 % (Direita 57,6 %)
Indiferentes religiosos	57,4 %
Classe média inferior	59,9 %
Cidade do Porto	57,1 %
16 a 24 anos	62,2 %
5.º Ano do Curso Secundário	58,3 %

É natural que as mulheres não fossem tão afirmativas nesta resposta, uma vez que não cumprem o serviço militar e poderão por isso não assumir a ideia de combater.

É de salientar a elevada percentagem de jovens dos 16 aos 24 anos que estão dispostos a fazê-lo, uma vez que serão eles naturalmente aqueles com quem a nação contará prioritariamente.

Não combater pela Pátria:

Mulheres	30,2 %
Litoral	34,3 % (seguido dos Açores 32,1 %)
Esquerda	12,9 %
Indiferentes religiosos	16,5 %
Classe baixa	45,8 %
Até 2000 habitantes	30,0 %
Maiores de 54 anos	35,8 %
Escola primária completa	38,1 %

Os Açores são, na decisão incondicional de combater pela Pátria, a região com menor frequência, apenas 36,6 por cento.

Na esquerda e nos indiferentes religiosos parece haver uma clara dicotomia, neste ponto; são os que têm maior frequência nas duas respostas.

Parece também neste item, que relativamente à classe baixa e ao habitat com menos de 2000 habitantes se dá uma inversão na tendência apresentada nos pontos anteriores.

— Os portugueses mostram uma elevadíssima confiança em si próprios como povo (92,4 por cento), seguindo-se nos brasileiros (68,2 por

cento), franceses (67,5 por cento), ingleses (61,3 por cento), americanos (58,2 por cento), espanhois (46,6 por cento) e alemães (42,7 por cento).

A desconfiança cai sobre os líbios (70,9 por cento), iranianos (70,6 por cento), israelitas (66 por cento), marroquinos (63,8 por cento) e cabo verdeanos (62,5 por cento).

— 60,3 por cento dos portugueses rejeitam a união política de Portugal com a Espanha enquanto 28,6 por cento a aceitam.

As tendências, por níveis de análise são como seguem:

Não aceitam:

Homens	62,1 %
Interior Norte	79,3 %
Indiferentes religiosos	67,5 %
Centro direita	66,3 %
Classe média superior	63,4 % (Classe baixa 63,2 %)
Habitats de 30 a 100 000	68,6 %
35 — 44 anos	68,0 %
Ensino superior	76,4 %

Aceitam:

Homens	30,5 %
Grande Porto	43,3 %
Católicos não praticantes	33,6 %
Esquerda	32,6 % (Direita 32,0 %)
Classe média superior	31,9 %
Habitats até 2000 habitantes	30,6 %
25 — 34 anos	32,9 %
Escola primária completa	33,9 %

Por outro lado, apenas 17,1 % dos que aceitam a União Ibérica a admitiriam como integração num único Estado.

Defesa Nacional

— As ameaças mais temidas pelos portugueses são:

Armas nucleares	43,4 %
Ataques terroristas	26,5 %
Agressão química/biológica	6,9 %
Bloqueio económico	3,9 %
Invasão militar	9,2 %
Destabilização interna a partir do exterior	1,8 %
Não sabem	14,1 %

Ao contrário do que acontece em outros países europeus, os portugueses temem prioritariamente a ameaça nuclear e depois o terrorismo, facto para o qual não deve ser alheia a estabilidade comparativamente grande em que Portugal tem vivido relativamente à segunda, enquanto que a primeira tem um efeito psicológico muito grande, mesmo que não vivida.

Na análise por níveis, duas respostas nos merecem relevo:

— A população da Madeira não teme o bloqueio económico (0,1 por cento) o que, apesar desta ameaça ser pouco temida no geral, destoa e parece sugerir um menor conhecimento das consequências dela, se accionada, ou uma ilusão de auto-suficiência, ou ainda uma esperança de apoio de outras origens, que não Portugal.

— A esquerda política apresenta uma preocupação com ataques terroristas também baixa (13,9 por cento) relativamente aos outros níveis de análise, o que parece indicar uma grande segurança neste campo. Excluindo a Madeira e Açores (15,9 por cento e 15,7 por cento respectivamente) que neste aspecto não terão tantas preocupações, pelo menos até ao momento, o resultado mais baixo, a seguir, ultrapassa já os 20 por cento.

— Quanto ao perigo para a sobrevivência nacional, os portugueses pensam que o maior perigo poderá vir de:

Ameaça soviética	37,0 %
Desinteresse militar dos EUA pela Europa	20,5 %

Crescimento do extremismo islâmico	9,5 %
Penetração cultural espanhola	6,0 %
Expansão económica japonesa	5,2 %

Esta investigação apresentaria certamente, em nosso entender, um resultado inferior para a ameaça soviética, se fosse repetida agora, face ao impacto que a perestroika vem tendo e ao coração aberto, ao romantismo e à capacidade de compreensão e adaptação dos portugueses, que os leva a crer quiçá com excessiva ingenuidade.

Algumas curiosidades se nos deparam na análise por níveis, considerando todos estes em conjunto:

Assim a população do interior Norte é a que vê maior perigo na ameaça soviética (70,7 por cento), enquanto que o nível mais baixo é o dos indiferentes religiosos (22,1 por cento) que conseguem mesmo ter resultado inferior ao da esquerda política, que é 23,5 por cento, seguida da Grande Lisboa (25 por cento), em contraste com o Grande Porto (37,7 por cento). Também no que se refere às cidades de Lisboa e Porto, as diferenças são nítidas, neste item (27,7 por cento e 42,0 por cento respectivamente).

Relativamente ao desinteresse dos EUA pela Europa os mais preocupados, considerando todos os níveis de análise, são os portugueses do grupo do curso secundário completo com 36,9 por cento, enquanto os que menos se preocupam são os que têm a escola primária completa (5,1 por cento); aqui há coincidência absoluta entre as populações de Lisboa e do Porto (31,4 por cento).

— Quanto à problemática das alianças militares, os portugueses que pensam que é necessário uma, para assegurar a defesa nacional são 56,8 por cento, contra 26,9 por cento que pensam o contrário.

Aos que vão pela afirmativa foram dadas três hipóteses de escolha, cujos resultados foram:

Com os países da Europa Ocidental e os EUA	79,8 %
Com os países da Europa Ocidental mas sem os EUA	17,0 %
Com o Bloco de Leste	1,5 %

Parece portanto que a presença de Portugal na NATO está referendada muito positivamente e sem margem para dúvidas.

— Finalmente foram colocadas duas questões sobre se os portugueses pensam que Portugal pode assegurar a sua defesa sem o serviço militar obrigatório e relativamente à suficiência ou não dos 16 meses de duração deste.

A resposta à primeira questão é concludente:

54,9 por cento pensam que o serviço militar obrigatório é indispensável e 31,2 por cento que o não é.

A segunda pergunta obteve um maior equilíbrio de opiniões:

Duração satisfatória	46,9 %
Demasiado longa	45,2 %
Demasiado curta	3,9 %

Relativamente à indispensabilidade da obrigatoriedade do serviço militar, as tendências são as seguintes, por níveis de análise (maiores frequências em cada nível):

S. M. O. necessário:

Classe média inferior	61,0 %
Habitat de 30 a 100 000 habitantes	70,2 %
Homens	59 ,0 %
Açores	72,8 %
Católicos não praticantes	60,1 %
Centro direita	66,0 %
35 — 44 anos	61,5 %
Primária completa	58,4 %

No nível das habilitações literárias, apenas os portugueses com a escola primária incompleta apresentaram respostas abaixo de 50 por cento (49 por cento).

É também curioso ver que os açoreanos que, em 32,1 por cento se recusam a combater pelo seu país, consideram em 72,8 por cento dos casos as Forças Armadas indispensáveis à defesa nacional.

S. M. O. desnecessário:

Classe alta	47,5 %
Cidade de Lisboa	40,0 %
Homens	34,0 %
Grande Lisboa	35,5 %
Indiferente religiosos	41,1 %
Centro esquerda	36,7 %
16 — 24 anos	37,0 %
Curso Superior	38,1 %

Sobre a duração do serviço militar obrigatório, as frequências de resposta mostraram-nos o seguinte (maiores frequências em cada nível de análise):

Duração satisfatória:

Centro direita	51,0 %
Classe baixa	54,6 %
Habitat até 2000 habitantes	51,0 %
Madeira	63,6 %
Católicos praticantes	49,4 %
Mulheres	47,1 %
Primária completa	50,4 %
35 a 44 anos	54,6 %

Demasiado longa:

Classe alta	50,5 %
Habitat de 10 a 30 000	52,5 %
Mulheres	46,0 %
Interior Norte	52,5 %
Indiferentes religiosos	54,2 %
Centro esquerda	49,4 %
16 — 24 anos	54,5 %
Curso superior	56,8 %

As respostas considerando o serviço militar obrigatório demasiado pequeno são pouco significativas, pelo que não as pormenorizaremos, citando apenas que os portugueses com religião diferente da católica e não indiferentes alcançaram 16,5 por cento nesta opinião, que foi o resultado mais expressivo, considerando todos os níveis de análise.

III — *CONCLUSÕES*

Apenas e para terminar, algumas breves conclusões deste já longo trabalho:

— Em primeiro lugar ressalta uma clara dissonância quase constante entre os indiferentes religiosos que são só 4,8 por cento e os restantes grupos dos vários níveis de análise, o que nos levaria a perguntar se se tratará realmente de indiferença religiosa ou de qualquer outro factor que condiciona as respostas. Por vezes tem-se a sensação de que a indiferença é total; outras parece insinuar-se uma ou outra intenção.

De qualquer forma parece-nos que este grupo é «diferente» dos restantes. Talvez a fé religiosa, independentemente de qual ela seja, crie estruturas de personalidade, de atitudes e de comportamentos que de algum modo confiram traços comuns que centrifuguem os restantes e padronizem os critérios de um modo mais adaptado.

— Em segundo lugar parece-nos haver uma dicotomia na sociedade portuguesa, marcada uma parte por maior inconformismo, contestação, espírito crítico, exigência, mudança; a outra por aceitação, conformismo, adaptação, expectativa, tradicionalismo.

O primeiro grupo enquadra principalmente os níveis superior e secundário de instrução, as classes sociais mais altas, os não católicos praticantes, os habitantes da cidade de Lisboa.

O segundo, abrange as zonas interior Norte e Sul, os níveis mais baixos de instrução, as classes baixas, os habitats mais pequenos, os católicos praticantes.

Isto não transparece certamente ponto a ponto, mas nota-se na análise detalhada de todo o conjunto dos resultados.

Parece-nos ainda que os portugueses com instrução superior estão um tanto deslocados do geral da população. É como que se, pelo facto de terem cursos superiores, vivessem ou exigissem viver noutro mundo.

— Em terceiro lugar e perante os resultados desta investigação claramente discordantes daquilo que é o quotidiano português quanto às Forças Armadas, ao respeito que elas merecem, à necessidade que se vê na sua existência e à necessidade e duração do serviço militar obrigatório, ressalta nitidamente a oportunidade e, diríamos mesmo, necessidade de se fazer uma investigação sociológica sobre a relação delas com a sociedade global portuguesa e não dizemos civil, porque só conhecemos uma sociedade em Portugal, em que uns são militares, enquanto outros — a maioria — são médicos, pedreiros, advogados, serralheiros, electricistas, industriais, funcionários públicos e um grande rol de outras coisas. Importa saber quem, porquê e para quê, ao contrário do que acontece noutros países, tanto se empenha em atacar as Forças Armadas Portuguesas que afinal colhem um agradável nível de apreciação da população, para cuja defesa existem.

— Finalmente e os últimos são sempre os primeiros, não poderemos acabar sem lançar mais uma vez um alerta muito claro sobre o facto de um quarto da população de uma nação com oitocentos e cinquenta anos de história se recusar a combater por ela, se isso se tornar necessário.

E essa nação é Portugal!

José Manuel da Silva Pinto
Coronel Pára-quedista

BIBLIOGRAFIA

BELCHIOR, Maria de Lourdes — «Sobre o Carácter Nacional ou Para uma 'Explicação' de Portugal» — Ensaio, in «Nação e Defesa», Instituto da Defesa Nacional, Ano VI, Janeiro - - Março de 1982, pp. 11 - 31.

BERNARDINO, Teresa — «O Patriotismo, o Futuro e Portugal», in «Nação e Defesa», Instituto da Defesa Nacional, Ano V, n.º 14, Abril - Junho de 1980, pp. 93 - 102.

DIAS, Jorge — «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1960.

DIAS, Jorge — «Estudos do Carácter Nacional Português», Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1971.

DÓRIA, Álvaro A. — «Ainda a União Ibérica», Editora Pax, 2.ª Edição, Braga, 1987.

«ENCYCLOPEDIA of SOCIAL SCIENCES», Vol. Eleven e Twelve, The MacMillan Company, Nova Iorque, 1933.

FABIUS, Laurent — «Patriotism, Indépendence, Solidarité» — Allocution du Premier Ministre le 13 Septembre 1985, lors de la Séance d'Ouverture de la 38 ème Session de l'IHEDN, *in* «Défense Nationale», Novembro de 1985, pp. 9 - 18.

FABRE, Robert — «Civisme et Défense», in «Défense Nationale», Fevereiro de 1986.

«GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA», Editora Enciclopédia, Lisboa — Rio de Janeiro.

GURVITCH, Georges — «Tratado de Sociologia», Livraria Martins Fontes, Editora, Lda., Barcelos, 1977.

MIALET, Jean — «La Patrie Décriée mais Vivante» — Enseignement Militaire Superieure de l'Armée de Terre, École Superieure de Guerre, Pièce n.º 5.

MORIN, Edgar — «Sociologie», Librairie Arthème Fayard, 1984.

PIRES, António Manuel Bettencourt Machado — «A Ideia da Decadência na Geração de 70», Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1980.

QUADROS, António — «A Arte de Continuar Português», Edições do Templo, Lisboa, 1978.

Relatório de Campo da ESEO — Estudos Socioeconómicos e de Opinião, Lda. — Os Portugueses e a Identidade Nacional, Junho, 1988.

SEABRA, José Augusto — «Cultura e Política ou A Cidade e os Labirintos», Vega, Lisboa, s. d.